

FRAGMENTOS POLÍTICOS

POLITICAL FRAGMENTS

TRADUÇÃO

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

TRADUÇÃO, APRESENTAÇÃO E NOTAS DE

RAFAEL DE ARAÚJO E VIANA LEITE¹

UFPR - Brasil

rafael_vianaleite@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

O terceiro tomo das obras completas de Jean-Jacques Rousseau, publicado pela *Gallimard/Pléiade* (1964), contempla os textos políticos do filósofo genebrino. Entre obras bem conhecidas como *O Contrato social*, o *Discurso sobre as ciências e as artes* e o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade* encontram-se dezesseis excertos classificados como *Fragmentos políticos*. Trata-se de textos jamais publicados por Rousseau, a maioria de datação incerta, reunidos e classificados posteriormente pelos especialistas da obra rousseauiana a partir de afinidades temáticas. Esse material é relativamente amplo e também heterogêneo, seja em importância, extensão ou conteúdo. Três desses fragmentos são agora traduzidos pela primeira vez em língua portuguesa, a saber, *Da felicidade pública*, *Da nobreza* e *Dos costumes* (ROUSSEAU, 1964).²

Sobre as traduções aqui propostas, o tema da felicidade talvez seja aquele com mais impacto, por ser essencial não só para Jean-Jacques Rousseau como também para a maior parte dos pensadores do Século das Luzes.³ O fragmento intitulado *Da felicidade pública* é datado pelos editores como sendo da primavera de 1762 (1964, nota I, p. 1526), portanto, em uma época próxima à da publicação de obras como o *Contrato social* e o *Emílio*. A maior parte dos trechos que compõe esse fragmento está ligado a um projeto de obra interrompido.

Os membros da *Sociedade econômica de Berna* teriam enviado a Rousseau um questionário com a esperança de que o autor oferecesse suas reflexões sobre certo assunto. O questionário abordava vários pontos cujas respostas resolveriam

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² A paginação dos fragmentos traduzidos em acordo com a edição original, é *Da felicidade pública* (pp. 509-515), *Da nobreza* (pp. 552-553) e *Dos costumes* (pp. 554-560).

³ Sobre o tema da felicidade no século XVIII, ver MAUZI, 1960.

problemas frequentemente encontrados em sociedades políticas. Entre as questões propostas, temos aquelas facilmente atualizáveis, ao mesmo tempo difíceis de serem respondidas, por exemplo, quais os meios de tirar um povo da corrupção e qual é o plano mais perfeito que um legislador pode ter para assim realizar esse objetivo? Havia questões de ordem histórica, como qual teria sido o povo mais feliz. Outras mais específicas: por quais meios se poderia estreitar as ligações e a amizade dos cidadãos das diversas repúblicas que compõem a confederação helvética? Rousseau recusou a solicitação dos membros da *Sociedade econômica de Berna*, apesar de ter elogiado as questões e iniciado algumas reflexões por escrito sobre o tema.

Os outros dois fragmentos traduzidos, *Da nobreza e Dos costumes*, apesar de curtos, com forte traço de esboço, são interessantes por explicitarem temas importantes para o pensamento político-moral de Rousseau.

Talvez, a despeito do interesse dos temas apresentados pelos fragmentos políticos, alguém pudesse confrontar o projeto de traduzir esses *textos* dizendo ser um esforço inútil. O que um fragmento, em forma de esboço, provavelmente mero exercício intelectual poderia contribuir com os estudos sobre Rousseau no Brasil? Prefiro responder esse questionamento hipotético com uma sugestão: quem sabe possamos oferecer a Jean-Jacques Rousseau a coroa merecida somente pelos grandes escritores e, nas palavras de Franklin de Matos, dizer sobre ele o que fora dito a respeito de seu antigo amigo, Denis Diderot: “(...) *pois as obras pretensamente ‘menores’ de um grande autor costumam, no mínimo, enriquecer a leitura de suas ‘obras-primas’.*” (MATOS, 2001, p. 126).

DA FELICIDADE PÚBLICA⁴

1

Em meio a tanta indústria, artes, luxo e magnificência, deploramos a cada dia as misérias humanas, e consideramos o fardo de nossa existência, com todos os males que lhe aumentam o peso, muito difícil de suportar. Enquanto talvez não haja um único selvagem nu nas matas, arranhado por arbustos espinhosos, pagando cada refeição com suor ou sangue que não esteja contente de sua sorte,

⁴ Rousseau se vale neste fragmento tanto do termo ‘*bonheur*’ quanto ‘*félicité*’ para designar algo próximo do que entenderíamos por ‘felicidade’. Essas duas palavras, contudo, não significam exatamente a mesma coisa. O verbete ‘*bonheur*’, do *Dicionário da Academia francesa* (1694), aponta que esse é o substantivo cujo adjetivo é ‘*heureux*’, ou seja, feliz. Um possível sinônimo seria ‘*félicité*’. De todo modo, a acepção mais comum é a de boa fortuna, ocasião propícia, e diz respeito a um gozo privado. Voltaire, por exemplo, no verbete *Feliz, felizmente*, escrito para a *Enciclopédia*, mostra como a palavra ‘*bonheur*’ é formada pela junção de ‘*bonne*’ + ‘*heur*’, cuja tradução pode ser ‘boa fortuna’. Nesse sentido, opõe-se explicitamente a ‘*malheur*’. Estaríamos falando de um estado de alma diferente do prazer. Já a palavra ‘*félicité*’ é definida pelo *Dicionário da Academia francesa* (1694) como ‘beatitude’, ‘*bonheur parfait*’ (felicidade perfeita). Voltaire parece propor a mesma relação quando afirma que “*O prazer é mais rápido que a felicidade [bonheur] e a felicidade é mais passageira do que a beatitude [félicité]*” (VOLTAIRE, 2015, p. 52). No que diz respeito a esta tradução, quando Rousseau utiliza em uma mesma frase tanto ‘*bonheur*’ quanto ‘*félicité*’, traduzi *félicité* por ‘felicidade perfeita’.

que não considere bem doce sua vida e que não goze cada dia com prazer como se as mesmas fadigas não o esperassem no dia seguinte. Nossos maiores males advêm das preocupações tomadas para remediar os pequenos.

2

Começemos por eliminar a equivocidade dos termos. O melhor governo não é sempre o mais forte. A força não é senão um meio, seu fim é a felicidade do povo. Porém, o sentido dessa palavra, 'felicidade', muito indeterminado no que diz respeito aos indivíduos, o é ainda mais em relação aos povos, e é da diversidade de ideias que representam a felicidade que nasce a diversidade das máximas políticas propostas. Esforcemo-nos, então, em formar uma suposição a respeito da ideia de um povo feliz, e em seguida estabeleceremos nossas regras a respeito dessa ideia.

3

Vós perguntais, senhores, qual povo foi o mais feliz. Não sou sábio o suficiente para responder essa questão pelos fatos, porém, tentarei estabelecer princípios certos para resolvê-la. Caso tenha sucesso, creio poder ir ao encontro de vosso projeto sem me distanciar do objetivo final.

Onde está o homem feliz, caso ele exista? Quem o sabe? A felicidade não se confunde com o prazer. Ela não consiste em uma modificação passageira da alma, mas em um sentimento permanente e completamente interior, em relação ao qual não se pode julgar a não ser aquele que o prova. Ninguém pode, portanto, decidir com certeza sobre a felicidade de outrem nem, por consequência, estabelecer os signos inequívocos da felicidade dos indivíduos. Não se dá a mesma coisa com as sociedades políticas. Seus bens e seus males são todos aparentes e visíveis. Seu sentimento interior é um sentimento público. O vulgo engana-se a esse respeito sem dúvida, mas em relação a que ele não se engana? Para todo olho que sabe ver as coisas são o que parecem e pode-se julgar sem temeridade quanto ao seu ser moral.

O que faz a miséria humana é a contradição encontrada entre nosso estado e nossos desejos, entre nossos deveres e nossas inclinações, entre a natureza e as instituições sociais, entre o homem e o cidadão⁵. Tornai o homem um ser inteiro, vós o tornareis feliz tanto quanto lhe é possível. Entregue-o todo inteiro ao Estado ou deixai-o em sua completude a si mesmo, porém, se dividir seu coração vós o estraçalhareis. E não imagineis que o Estado possa ser feliz quando todos os seus membros sofrem. Esse ser moral que chamais de felicidade pública é em si mesmo

⁵A contradição entre as inclinações da natureza e as exigências da vida social é um tema frequentemente abordado na obra de Rousseau. No início do Livro I do *Emílio*, por exemplo, ele indica a impossibilidade de se formar uma pessoa para que seja tanto um cidadão quanto um homem. Isso quer dizer que não seria possível conciliar a educação doméstica e a pública: "*Aquele que, na ordem civil, quer conservar o primado dos sentimentos da natureza não sabe o que quer. Sempre em contradição consigo mesmo, sempre passando das inclinações para os deveres, jamais será nem homem, nem cidadão [...]*" (ROUSSEAU, 2004, p. 12). No *Contrato social*, Livro IV, Cap. VIII, lemos que "*Tudo o que rompe a unidade social, nada vale; todas as instituições que põem o homem em contradição consigo mesmo, nada valem*". (ROUSSEAU, 1964, p. 464).

uma quimera. Se o sentimento de bem-estar não se encontra em ninguém, ele nada é, e a família não é florescente quando as crianças não prosperam.

Tornai os homens consequentes em relação a si mesmos, sendo o que eles querem parecer e parecendo aquilo que são. Tereis colocado a lei social no fundo de seus corações, nos homens civis pela sua natureza e nos cidadãos por suas inclinações. Eles serão inteiros, serão bons, serão felizes, e sua felicidade perfeita se confundirá com a da República. Pois, não sendo nada senão por ela, eles não serão nada senão para ela. A República terá tudo o que eles são e será tudo o que eles são. Acrescentareis à força da constrição aquela da vontade, ao tesouro público tereis juntado os bens dos particulares. Ela será tudo o que pode ser quando abarcar tudo. A família, mostrando seus filhos, dirá: é por eles que sou florescente. Em todo outro sistema haverá sempre no Estado alguma coisa que não lhe pertence, não fosse a vontade dos seus membros, e quem pode ignorar a influência dessa vontade nos negócios? Quando ninguém quer ser feliz a não ser por si mesmo não haverá felicidade para a pátria.

4

... e, sobretudo, não esqueçamos que o bem público deve ser em todas as coisas o bem de todos ou é uma palavra sem sentido.

5

O estado moral de um povo resulta menos do estado absoluto de seus membros do que de suas relações entre si.

6

Para conceber claramente como um povo pode ser feliz, comecemos por considerar o estado daqueles que não o são. Procurando aquilo que lhes falta para sê-lo, poderemos encontrar aquilo que deve ter os que o são.

7

... felicidade pública, não seria suficiente nem mesmo contar as vozes e o bem-estar das nações que dependem de tantas coisas, também não se pode estimar facilmente aquela dos particulares. Trata-se, então, de discernir entre muitas aparências que podem se impor sobre a felicidade perfeita de um povo os verdadeiros signos que a caracterizam.

8

Se, começando por estabelecer bem a proposição em questão, eu pudesse determinar exatamente em que consiste, em um governo qualquer, a verdadeira prosperidade do Estado e quais são as marcas mais infalíveis sobre as quais se pode afirmar que uma nação é feliz e florescente, a questão seria praticamente resolvida por si mesma. Porém, como essa definição depende de uma multidão de máximas particulares que se pode estabelecer apenas à base de discussão e à medida em que avançamos na matéria, serei constrangido, para o momento, em

limitar-me a uma ideia muito geral, mas em relação à qual não creio que algum homem razoável possa recusar-se a aceitar.

Digo, então, que a nação mais feliz é aquela capaz de prescindir o mais facilmente de todas as outras, e que a mais florescente é aquela em relação à qual as outras encontram dificuldade em desprender-se.

Se tivesse extraído a ideia de felicidade, de um ponto de vista coletivo, a partir da felicidade particular de cada cidadão, poderia ter dito algo mais sensível a muitos leitores, porém, excetuando o fato de que não teríamos conseguido jamais tirar uma conclusão dessas noções metafísicas que dependem da forma de pensar, do humor e do caráter de cada indivíduo, teria fornecido uma definição bem pouco justa. Um Estado poderia ser muito bem constituído e de uma forma propícia a lhe fazer florescer e prosperar como nunca, e no qual os cidadãos, cada qual ocupado com suas próprias perspectivas, não fossem nada contentes. Quando Licurgo estabeleceu suas leis, teve contra si mil murmúrios e mesmo tratamentos ruins da parte dos lacedemônios, e foi mesmo constrangido a se valer de astúcias, tendo terminado seus dias fora de sua pátria, a fim de obrigar seus concidadãos a conservarem uma instituição que lhes tornou o povo mais ilustre e o mais respeitado que já existiu na Terra. Os próprios romanos não reclamaram sem cessar de um governo responsável por torná-los os mestres do mundo e, mesmo atualmente, a nação melhor governada não é precisamente aquela que mais lança murmúrios?⁶ Não há governo capaz de forçar os cidadãos a viverem felizes. O melhor é aquele que os coloca em condições de sê-lo, caso sejam razoáveis. E essa felicidade não pertencerá nunca à multidão.

Não é a partir da situação mais ou menos conveniente às inclinações ou fantasias de cada particular que a administração pública deve ser modificada. Para que a administração seja boa é preciso estabelecê-la sobre regras mais gerais. Em qualquer governo que seja, uma boa administração pode formar os costumes públicos pela educação e pelos usos, dirigindo de tal maneira as inclinações dos particulares que, de modo geral, eles se encontrem mais felizes sob o governo em que vivem do que não o seriam caso fossem submetidos a outro governo, melhor ou pior indiferentemente⁷. Pois, ainda que os homens reclamem sempre, talvez se fossem colocados em qualquer outra situação eles reclamariam ainda mais. Não é,

⁶ No texto original, esta frase não está marcada com um ponto de interrogação, porém, caso não seja formulada em forma de questão, ela parece ficar sem sentido, deixando de concordar com a frase anterior.

⁷ Nesta seção e também no fragmento intitulado *Dos costumes* (seção 7) Rousseau usa tanto '*mœurs*' quanto '*coutume*', duas palavras cuja acepção é muito próxima do que entendemos em português por 'costumes', 'hábitos' ou 'usos'. O *Dicionário da Academia francesa* (1694) define '*mœurs*' como hábitos naturais ou adquiridos, seja para o bem ou para o mal. Estamos falando, portanto, de certa maneira de viver, como também das inclinações de uma nação. Um sinônimo possível, sugerido pelo dicionário, seria '*coutume*', cuja definição é "*hábitos contraídos pelos mœurs*". Diz respeito a certa maneira de agir estabelecida pelos costumes de um povo. A acepção de '*coutume*' se conecta ao direito não escrito ou codificado, ou seja, a regras que possuem força de lei, ainda que não façam parte de uma legislação formal. Citemos um exemplo hipotético: um povo poderia ter como hábito (*mœurs*) não pescar durante a noite. Poderia ainda acontecer que os costumes desse povo prescrevessem certa punição para quem infringir o hábito de não pescar à noite. Sobre nossa tradução, optei por traduzir '*coutume*' por 'usos' e '*mœurs*' por 'costumes'.

portanto, pelos sentimentos que os cidadãos têm a respeito de sua felicidade nem mesmo, por consequência, por sua própria felicidade que devemos julgar a prosperidade do Estado.

Além disso, pode-se dizer que o estado geral da nação mais favorável à felicidade dos particulares é aquele pelo qual não se tem necessidade do concurso de nenhum outro povo para viver feliz. Pois assim, falta-lhe somente, para gozar de toda a felicidade perfeita possível, prover por sábias leis a todos os seus interesses mútuos, o que não dependeria tanto deles se fosse preciso necessariamente recorrer aos estrangeiros. E se, dessa maneira, os outros povos tiverem necessidade deste que não tem precisão de ninguém, não poderíamos imaginar uma posição mais própria para tornar felizes os membros de tal sociedade tanto quanto os homens são capazes de sê-lo.

Poderia ter dito também que a nação mais feliz é aquela que possui mais dinheiro ou a que faz mais comércio ou a mais engenhosa no que concerne às artes, e essa seria a opinião mais unânime. Porém, se essas definições são justas, aquelas fornecidas por mim devem ser uma consequência necessária, pois se o dinheiro faz com que os ricos sejam felizes é menos por causa de sua posse imediata do que por colocá-los, primeiramente, em situação de prover às suas necessidades e satisfazer suas vontades em todas as coisas sem jamais depender de ninguém, além de comandar os outros e de tê-los em sua dependência. Ora, eis precisamente as ideias a partir das quais compus aquela de uma nação feliz e florescente.

Em relação ao comércio e às artes, seu objetivo principal sendo o de fazer abundar e circular o dinheiro, com o qual se obtém o quanto for desejado de um e de outra, e supondo sempre a definição justa, o resultado é o de que ela ainda está de acordo com a minha.

Depois de ter mostrado que minha definição abrange todas as outras e que ela é, por consequência, a mais geral, resta-me mostrar que é também a mais justa e a que está em maior acordo com as ideias que temos de felicidade e de prosperidade.

Nossas necessidades são de duas espécies, a saber, as necessidades físicas, necessárias à nossa conservação, e aquelas que dizem respeito às comodidades, ao prazer, à magnificência e cujos objetos levam geralmente o nome de luxo. Estes últimos, tornam-se literalmente verdadeiras necessidades quando um longo uso nos faz adquirir o hábito de gozar deles, fazendo com que nossa constituição, por assim dizer, molde-se a esse hábito. Assim, uma mulher da cidade exposta por duas horas aos grandes ardores do verão em pleno campo, sem guarda-sol, teria quase certamente uma insolação, quem sabe uma doença mortal, enquanto uma camponesa em nada se incomodaria. Um burguês não pode prescindir de um cavalo para ir ao campo, seu caseiro faz todos os dias esse trajeto a pé. E certo cortesão acostumado às facilidades de uma carroça de dois lugares não poderia, sem incômodo, fazer a mesma viagem a cavalo. Assim, tudo, até mesmo os venenos, podem se tornar uma necessidade física pelo hábito, tal qual o ópio entre os turcos e o realgar entre os chineses.

9

Porém, quando alguém tem um povo para fazer com que seja feliz, é preciso escrever livros para ensinar os soberanos a fazer a felicidade dos povos? Reis, instruí pelo exemplo.

10

Façais as mesmas coisas com motivos mais justos. Deveis velar pela segurança de seus súditos, defender a eles e a seus bens contra a violência e a opressão, porém, essa é apenas a metade de vossa tarefa, deveis ainda torná-los felizes. Eis a perfeição dos deveres do soberano.

DA NOBREZA

1

Vós me perguntais, Sr., minha opinião sobre essa questão que haveis levantado: se o rebaixamento dos grandes senhores na França foi vantajoso ou prejudicial ao reino.

Pois é bastante equívoco o que significa na boca de um francês a palavra 'reino'. Se por reino compreendeis o rei, a questão não é duvidosa e a solução salta aos olhos, porém, se entendeis o corpo da nação, estamos diante de outra coisa, e há sobre o que discutir.

2

Toda diferença é que então o mal em alguns casos encontrava resistência e que hoje em dia isso não mais acontece.

O luxo de então aumentava sua potência, e o de hoje em dia a destrói. Ele os tem, a corte e os ministros, na mais estreita dependência, e ele tira as condições para que subsistam de outra forma que não seja por meio de suas graças contínuas, fruto da servidão do povo e o preço da servidão deles.

3

É verdade que viviam na servidão, mas o que é um corpo de nobres senão um corpo de servos? A nobreza é feita essencialmente para servir, ela existe somente para e por isso. A servidão é sempre a mesma, a única diferença é o mestre.

4

A Inglaterra tem por máxima de Estado não se envolver no que não lhe diga respeito, a França tem por máxima de Estado se envolver em tudo.

DOS COSTUMES

HISTÓRIA DOS COSTUMES

1

O erro da maior parte dos moralistas foi sempre tomar o homem como um ser essencialmente racional. O homem não é senão um ser sensível que consulta unicamente suas paixões para agir, cuja razão só serve para atenuar as inépcias que as paixões o levam a fazer.

2

Quando se considera com um olhar de filósofo o jogo de todas as partes desse vasto universo, percebe-se logo que a maior beleza de cada uma das peças que o compõe não consiste nela mesma, e que ela não foi formada para permanecer só e independente, mas para concorrer com todas as outras partes em prol da perfeição da máquina inteira.

Acontece a mesma coisa na ordem moral. Os vícios e as virtudes de cada homem não são relativos unicamente a ele. Sua maior ligação é com a sociedade e é aquilo que são em relação à ordem geral o que constitui sua essência e seu caráter.

3

A natureza sempre semeia de forma igualitária, mas não colhemos do mesmo modo.

4

Primeiramente, na constituição do bem e do mal as coisas não são iguais. Para uma ação ser justa e boa ela deve preservar essas características em sua finalidade, mas também segundo todas as relações que dela se pode fazer. Ao contrário, toda ação viciosa em um aspecto, ainda que seja louvável em outro, torna-se má em si. De tal sorte que, além disso, o mal deve necessariamente ultrapassar o bem proporcionalmente à multidão de objetos aos quais a moralidade de cada ação pode se ligar. Ademais...

5

Que se em cada ação deixamos à parte os meios para considerar unicamente o fim, encontraremos incomparavelmente mais ações boas do que más. Todas têm como objetivo imediato ou derivado o bem-estar de seu autor, motivo muito bom e bastante inocente em si, caso não fossem empregadas vias criminosas para alcançá-lo. Muitos fazem o bem por pura virtude e sem outro objetivo senão o próprio bem, porém, é bastante difícil acreditar que jamais um homem tenha feito o mal buscando apenas o prazer de agir mal. De onde concluo que há em nossa conduta mais cegueira do que malícia, e que um único homem de bem honra mais

a humanidade do que os malvados não poderiam degradá-la. Não me sinto aviltado pelos crimes de Calígula, Nero nem de Heliogábalo, porém, minha alma se enobrece e se eleva diante do relato das virtudes de Antonino.

6

A Lei não trata senão do exterior e não regra senão as ações. Somente os costumes penetram interiormente e dirigem as vontades.

7

Em todo país no qual os costumes fazem parte integrante da constituição do Estado, as leis são sempre mais próprias a manter os usos do que a punir ou recompensar. É suficiente para isso os engajamentos públicos, que são desprezados pelos particulares apenas nos países corrompidos onde, de fato, são desprezíveis.

8

... existireis nos séculos vindouros caso não deixeis nem sistema de filosofia, nem versos, nem comédias ou estátuas? Imagineis que se, por infelicidade, todos os povos da Grécia viessem a vos imitar, quantas belas coisas que eles transmitem à posteridade seriam perdidas para jamais. Imagineis que só é permitido trabalhar em prol da virtude até onde a glória...

Apressai-vos em abandonar as leis que são boas somente a tornar-vos feliz. Preocupai-vos tão somente em fazer com que falem de vós quando já não fores mais, e jamais vos esqueça que se os grandes homens não fossem celebrados seria inútil fazer parte de seu número.

9

O gosto pelas letras nasce da ociosidade e a nutre, de tal modo que a cultura anuncia em um povo o início da corrupção e a leva a cabo bem rapidamente. Além da ociosidade, as artes liberais anunciam ainda a desigualdade de fortunas, o gosto pelas pequenas coisas e a introdução do luxo: três fontes de onde os vícios se seguem em grandes ondas na sociedade. Quanto às artes mecânicas, à força de prevenir todos os incômodos, elas enervam o corpo, submetem as almas e produzem outros males mais perigosos, sobre os quais ainda não me expliquei e que terei talvez ocasião de o fazer alhures.

10

Todos os primeiros filósofos pregaram a virtude e tiraram proveito disso, pois seriam apedrejados caso falassem de outra maneira. Porém, quando os povos começaram a se esclarecer e a acreditarem-se eles também filósofos, acostumaram-se insensivelmente às proposições mais singulares, e não houve paradoxo monstruoso o bastante para não ser defendido pelo desejo de se distinguir⁸. A

⁸ A relação entre o desejo de distinção e, em filosofia, a defesa de teses inovadoras com o único objetivo de se separar do comum foi em mais de uma oportunidade afirmada por Rousseau. No *Discurso sobre as ciências e as artes*, logo no início da Segunda Parte, lemos: “*Que digo? Ociosos? Quisesse Deus que assim*

própria virtude e a divindade foram colocadas em dúvida, e como é preciso sempre pensar de modo diferente do povo, os filósofos logo lançaram no ridículo as coisas que eram por ele veneradas.

11

Os grandes, os ricos, e essa porção brilhante da sociedade que é chamada de boa companhia têm grande preocupação em conduzir-se, em todas as coisas, de modo diferente das outras pessoas. É preciso vestir-se de modo diferente do povo. Andar, beber e comer de modo diferente do povo. Falar, pensar, agir e viver de modo diferente do povo. Ainda sobra algo bem repugnante. É preciso que os quatro elementos sejam de uso comum. Não poderíamos encontrar um modo educado de nos desfazer desses nove décimos de pessoas reunidas, cuja expiração ignóbil corrompe o ar que respiramos?

12

... e começando sua carreira com forças tão desproporcionais, a diferença ainda aumentará durante todo o trajeto que terá feito a mais do que o outro.

13

Essa grande força proveniente da opinião pública tão habilmente utilizada pelos antigos legisladores é absolutamente ignorada pelos governos modernos, pois como eles mesmos a desafiam insolentemente, como ensinariam os cidadãos a respeitá-las [?]

14

Se eles se esforçassem menos em nos dizer que é preciso agir bem e um pouco mais em agir bem eles mesmos, acreditais que o exemplo deles fosse menos útil do que suas instruções? Por que é preciso que eles percamos em nos advertir sobre nosso dever o tempo que eles deveriam empregar em fazer o deles? Etc.

15

A história moderna não é desprovida de traços admiráveis, mas são apenas traços, vejo nela algumas grandes ações, mas não vejo mais grandes homens.

16

Cada estado e cada profissão tem seu dicionário particular para exprimir em termos decentes os vícios que lhes são próprios. Não se dirá a respeito de um ministro que ele vexa o povo, mas que ele encontra expedientes, nem de um gestor de finanças que ele rouba o príncipe, mas que ele faz um bom negócio. Um

o fossem! Os costumes seriam mais sãos e a sociedade mais tranquila. Porém, esses vãos e fúteis declamadores vão por todos os lados, armados com seus funestos paradoxos, solapando os fundamentos da fé, e aniquilando a virtude. Eles sorriem desdenhosamente dessas velhas palavras 'pátria' e 'religião', e consagram seus talentos a sua filosofia em destruir e aviltar tudo o que há de sagrado entre os homens. Não que no fundo eles odeiem a virtude ou nossos dogmas: é da opinião pública que são inimigos, e, para reconduzi-los aos pés dos altares, seria suficiente deixá-los entre os ateus. Oh furor de se distinguir, o que não podeis fazer? (ROUSSEAU, 1971, p. 49. Tradução minha.)

trapaceiro dirá que ele *ganhou* uma bolsa, e uma cortesã que ela ganhou reputação por si mesma. A honestidade está somente nas palavras e quanto mais há corrupção nas almas, mais afeta-se resolução e pureza nos discursos⁹. Preferiria cem vezes mais que um homem viesse me dizer intrepidamente que ele traiu seu benfeitor e seu amigo.

17

Um ministro que inventa expedientes, um negociante que faz um bom negócio, um trapaceiro que ganha uma bolsa, fazem todos praticamente a mesma coisa. Porém, cada um deles se esforça por atenuar a ideia pelo uso de termos do ofício. Que um impudente me declare sem meios termos que ele acaba de fazer uma insigne patifaria, perceberia no seu discurso um pouco de arrogância, mas certamente bem menos covardia.

18

Porém, independentemente do que se possa fazer, os roubos e o banditismo mudam de natureza ao mudarem as relações. Os de menor monta desonram e levam os que o cometem ao enforcamento ou ao suplício da roda. Os grandes certamente ficarão impunes e conduzem, enfim, à glória.

19

Há países onde o domínio público não representa mais nada. É o que acontece quando o ofício de ladrão público está a tal ponto enobrecido que todas as pessoas honestas da nação o exercem com dignidade, e clamam orgulhosamente serem seus direitos o que outrora teria sido chamado de roubo.

20

É algo maravilhoso como, ancorado na máxima segundo a qual não há nenhum mal em roubar, o príncipe consiga prontamente tranquilizar sua consciência sobre todos os tipos de roubo indiferentemente.

21

A maior parte dos assaltantes de estradas começaram como contrabandistas, e os homicídios cometidos por eles para conservar suas vidas logo lhes conduziu ao assassinio de transeuntes para ganhar suas bolsas.

⁹ Como não lembrar de uma das *Sentenças e máximas de moral*, de La Rochefoucauld? “*Os crimes tornam-se inocentes, até mesmo gloriosos por seu número e por suas qualidades: disso se segue que os roubos públicos são considerados como habilidades, e que tomar províncias injustamente se chame conquistas. O crime tem seus heróis assim como a virtude*”. (ROCHEFOUCAULD, 1964, p. 301. Tradução minha). Diderot também trata da estreita relação entre comportamento e ofício tanto no *Sobrinho de Rameau* quanto na *Sátira primeira*: “*Doutor, chegais muito tarde. – É verdade. Essa pobre senhorita de Thé faleceu. – Ela está morta! – Sim. Foi preciso assistir a abertura de seu corpo. Jamais tive maior prazer em toda a minha vida... Quando o médico falava assim, ele foi um homem duro? O ignoro. O entusiasmo do ofício, sabeis o que é, meu amigo. A satisfação de ter descoberto a causa secreta da morte da senhorita de Thé fez com que o médico esquecesse que falava de sua amiga. Passado o momento de entusiasmo, o médico chorou a morte de sua amiga? Caso me perguntardes, confessaria que não acredito nisso*”. (DIDEROT, 1983, p. 166. Tradução minha).

22

Eles sacrificam sua liberdade em nome da conservação de sua vida como um viajante cede sua bolsa a um assaltante para não ser degolado. Deveríamos então dizer que a bolsa foi legitimamente adquirida pelo assaltante, e que o proprietário não tem o direito de reavê-la assim que ele o possa?

23

A tolice dos suplícios cruéis no Japão, onde a vergonha tem tanta força. Ver Mandelslo, p. 424¹⁰.

24

(Tábua de matérias para um projeto sobre a *História dos costumes*)

Livro 1. Cap. 1 Dos costumes em geral. Cap. 2 Das causas da variedade dos costumes. Dos povos selvagens. Dos povos bárbaros. Dos povos civilizados¹¹. Dos povos trabalhadores. Dos povos virtuosos. Da religião.

Livro 2. Cap. 1 Dos egípcios. Dos persas. Dos citas. Dos gregos. Dos cartagineses. Dos gauleses. Dos germanos. Dos romanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIDEROT, D. Satire premier sur les caractères et les mots de caractère, de profession, etc. In : *Le Neveu de Rameau*. Introduction, notes, chronologie, dossier, bibliographie par Jean-Claude Bonnet. Paris: Flammarion, 1983.

MAUZI, R. *L'idée du bonheur dans la littérature et dans la pensée du XVIII siècle*. Paris: Slatkine, 1960.

MATOS, F. Filosofia em forma de dicionário. In: *O filósofo e o comediante: Ensaio sobre literatura e filosofia na Ilustração*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. pp. 125-132.

ROCHEFOUCAULD, F. *Œuvres complètes*. Édition établie et augmentée par Jran Marchand. Paris: Pléiade, 1964.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Du Contrat social – Écrits politiques. In: *Œuvres complètes*. Tome III. Sous la direction de Bernard Gagnebin e Marcel Raymond. Paris: Gallimard, 1964.

_____. Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité; Discours sur les sciences et les arts. Paris: Flammarion, 1971.

¹⁰ Trata-se da obra de Jean-Albert Mandelslo, *Relation du voyage d'Adam Olearius, en Moscovie, Tartarie et Perse* (1659).

¹¹ No original '*Des peuples policés*', cujo sentido se liga à amenização dos costumes pela civilização.

VOLTAIRE, F.-M. A. Verbete “Feliz, felizmente”. In: *Enciclopédia – Sociedade e artes*. Tomo 5. Trad. Thomaz Kawauche. São Paulo: Unesp, 2015, pp. 51-55.